

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Mantenedores da
Associação Primeira Chance
Fortaleza - CE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Primeira Chance ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Primeira Chance, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 03 de setembro de 2025.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.331	954	Fornecedores		4	8
Outros créditos		19	31	Obrigações sociais e tributárias	5	46	39
		1.350	985			50	47
				Patrimônio líquido			
Não circulante				Patrimônio social	6	364	364
Imobilizado	4	5	13	Superávit/(déficit) acumulado		941	587
		5	13			1.305	951
Total do ativo		1.355	998	Total do passivo e patrimônio líquido		1.355	998

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receitas			
Doações recebidas	7	574	638
Receitas com gratuidades/voluntariado	7	1.850	2.083
Total das receitas socias	7	2.424	2.721
Contribuições para projetos			
Custos de projeto	8	(49)	(195)
Despesas com gratuidades/voluntariado	8 e 11	(1.850)	(2.083)
Total de contribuições para projetos		(1.899)	(2.278)
Superávit bruto		525	443
Despesas gerais e administrativas	9	(258)	(222)
Superávit líquido antes do resultado financeiro		267	221
Receitas financeiras	10	108	89
Despesas financeiras	10	(21)	(18)
Resultado financeiro, líquido		87	71
Superávit líquido do exercício		354	292

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Superávit líquido do exercício	354	292
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	354	292

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit líquido/ (déficit) acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	364	295	659
Superávit líquido do exercício	-	292	292
Saldos em 31 de dezembro de 2023	364	587	951
Superávit líquido do exercício	-	354	354
Saldos em 31 de dezembro de 2024	364	941	1.305

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	354	292
Ajustes por:		
Depreciação	8	12
Variações nos ativos e passivos		
Fornecedores	(4)	2
Outros créditos	12	(14)
Obrigações sociais e tributárias	7	1
Caixa líquido das atividades operacionais	377	293
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	2
Caixa líquido das atividades de investimento	-	2
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	377	295
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	954	659
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.331	954
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	377	295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto social e operacional

A Associação Primeira Chance (“Associação”) é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) fundada em agosto de 2011 e tem como objetivo principal um programa de bolsas para jovens de família de baixa renda, estudantes da rede pública de ensino, que recebem além de uma bolsa integral em um colégio de excelência, todo o suporte financeiro para seguir estudando até seu ingresso na universidade.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da Administração em 03 de setembro de 2025.

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Associação, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) – Instituto sem finalidade de lucros.

2.2. Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real (R\$) foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros afins. A Associação considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar a data da contratação.

2.4. Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo uso histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

(b) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do bem imobilizado.

A vida útil é estimada para o exercício corrente e comparativo aos seguintes grupos:

Descrição	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos e processamentos de dados	05 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	04 anos

2.5. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

2.6. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.7. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data da sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação.

2.8. Receita de doações

- (a) Doações recebidas: são doações ofertadas pelos seus parceiros, que visam suportar todos os gastos relativos à atividade operacional da Associação. São reconhecidas pelo regime de Caixa, quando do recebimento;
- (b) Gratuidades: são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestador de serviço e a Associação, adotando o princípio da Competência. Os serviços classificados como gratuidades são: bolsa de estudos, materiais e livros, serviços em geral e voluntariado.

2.9. Imunidade tributária

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.532, altera a legislação tributária federal e dá outras providências, cujos principais aspectos de interesses da Associação estão apresentados a seguir.

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem serviços para os quais tiverem sido instituídas e coloque a disposição do grupo de pessoas a que se destinem sem fins lucrativos.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- Manter a escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar anualmente a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Recolher os tributos rendidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações assessorias decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgãos públicos.

Conforme o artigo 10, da lei mencionada anteriormente, considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A Associação vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Bancos - conta movimento	78	25
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.253	929
Total	<u>1.331</u>	<u>954</u>

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras compreendem investimentos com risco insignificante de alteração de valor e de liquidez imediata. As aplicações financeiras são mantidas para atender compromissos de caixa de curto prazo da Associação.

4. Imobilizado

(a) Composição dos saldos em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	14	(9)	5
Equipamentos e processamentos de dados	53	(53)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	(6)	-
Total	73	(68)	5

(b) Movimentação dos saldos no exercício de 2024

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Custo			
Móveis e utensílios	14	-	14
Equipamentos e processamentos de dados	53	-	53
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	-	6
Total do custo	73	-	73
Depreciação acumulada			
Móveis e utensílios	(8)	(1)	(8)
Equipamentos e processamentos de dados	(46)	(7)	(46)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(6)	-	(6)
Total da depreciação acumulada	(48)	(8)	(68)
Saldos líquidos	13	(8)	5

5. Obrigações sociais e tributárias

	2024	2023
ISS s/ serviço tomado a recolher	15	15
Provisão férias e 1/3 de férias	18	14
INSS	9	8
FGTS	4	2
Total	46	39

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

6. Patrimônio Social

(a) Patrimônio Social

O Patrimônio Social é integralmente constituído por valores relativos a doações especiais necessárias para constituições e manutenção da Associação.

Conforme o Estatuto Social, em seu Capítulo V, art. 30: “No caso de dissolução social da Associação, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o objetivo social semelhante ao da Associação.”

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio social da Associação totaliza R\$ 364 (R\$ 364 em 2023).

(b) Resultado acumulado

O resultado de superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 354 (superávit de R\$ 292 em 2023).

(c) Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no país os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

Os Dirigentes da Associação não são remunerados, conforme disciplinado no Estatuto Social, Capítulo III, art. 10, - parágrafo primeiro: “Os membros dos órgãos sociais, com exceção da diretoria executiva, exercerão suas funções gratuitamente, sendo vedada a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, conselheiros ou associados, sob qualquer forma ou pretexto”.

7. Receitas

Descrição	2024	2023
Doações recebidas	574	638
Receitas com gratuidades/voluntariado	1.850	2.083
Total	<u>2.424</u>	<u>2.721</u>

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Contribuições para projetos por natureza

Descrição	2024	2023
Auxílio alimentação	(23)	(120)
Serviços com pessoa física	-	(5)
Materiais e livros	(3)	(6)
Bolsa de estudo, auxílio e transporte	(16)	(42)
Aluguéis e condomínios	7)	20)
Outros custos	-	(2)
Custos de projeto	<u>(49)</u>	<u>(195)</u>
Bolsa de estudos	(1.680)	(1.878)
Contabilidade e auditoria	(17)	(16)
Livros e materiais	(92)	(122)
Serviço voluntário	(42)	(45)
Outros gastos com pessoal	<u>(19)</u>	<u>(22)</u>
Despesas com gratuidades/voluntariado	<u>(1.850)</u>	<u>(2.083)</u>

9. Despesas gerais e administrativas por natureza

Descrição	2024	2023
Despesas com pessoal	(175)	(158)
Viagem e hospedagem (a)	(3)	(3)
Publicidade e propaganda	-	(2)
Taxas	(4)	(3)
Depreciação	(8)	(12)
Outras Despesas (b)	<u>(68)</u>	<u>(44)</u>
Total	<u>(258)</u>	<u>(222)</u>

- (a) Refere-se a despesas pagas com locomoção e hospedagem dos bolsistas, que residem no interior do Ceará, quando realizam os encontros na cidade de Fortaleza;
- (b) Refere-se, principalmente, a despesas com treinamento e despesas fixas, como por exemplo: energia elétrica, *internet*, entre outras.

10. Resultado financeiro

Descrição	2024	2023
Rendimentos com aplicações financeiras	<u>108</u>	<u>89</u>
Receitas financeiras	<u>108</u>	<u>89</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	(19)	(15)
Despesas bancárias	<u>(2)</u>	<u>(3)</u>
Despesas financeiras	<u>(21)</u>	<u>(18)</u>

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Trabalho voluntário e gratuidades

Conforme estabelecido no Item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos de administração sendo mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida com despesas operacionais no montante de R\$ 1.850 (R\$ 2.083 em 2023), sendo R\$ 42 relacionado a trabalho voluntário e R\$ 1.808 de gratuidades recebidas (R\$ 45 em trabalho voluntário e R\$ 2.038 em gratuidades, em 2023) e não geram alterações nas demonstrações contábeis, pois visam, tão somente, atender a esse dispositivo contábil.

A Associação classifica, como trabalhos voluntários, os órgãos de administração, que se trata dos membros da Assembleia de Associados, sendo Associados Mantenedores e Associados Efetivos, e os membros da diretoria sendo: Diretor Presidente – órgão estatutário Ricardo Cunha Sales, Diretora Financeira Armênia Maria Sales.

O tempo dispendido em prol da Associação é entendido como trabalho voluntário, não remunerado. As gratuidades recebidas durante os exercícios de 2024 e 2023 foram as seguintes:

Descrição	2024	2023
Bolsa de estudos (a)	(1.680)	(1.878)
Materiais e livros	(92)	(122)
Contabilidade e auditoria	(17)	(16)
Serviço prestado - Voluntário	(42)	(45)
Passagens aéreas	(19)	(22)
Despesas com gratuidades/voluntariado	<u>(1.850)</u>	<u>(2.083)</u>

- (a) A principal gratuidade que a Associação possui é relativa ao programa de bolsas, que são ofertadas para alunos medalhistas em escolas públicas. A diminuição no custo com as bolsas de estudos do período de 2023 para 2024 se deu, principalmente, pela diminuição dos alunos no período. Em 2024, o número de bolsistas contemplados pelo programa é de 45 alunos (60 alunos em 2023).

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12. Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento ao Item 27, Letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024:

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A Associação não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros. As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Associação está obrigada a apresentar anualmente estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.